

15.12.2016 – 18h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Secretário de Estado da Educação - João Costa – acompanhado pela Dr.ª Luísa Ucha

Recebido por: Deputadas Maria Manuela Tender (PSD), Coordenadora, Laura Magalhães (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Joana Mortágua (BE) Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP)

Assunto: Apresentação do relatório de progresso do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Escola Inclusiva, criado pelo Governo

A Senhora Deputada Maria Manuela Tender (PSD), que presidiu à reunião, na qualidade de Coordenadora do [Grupo de Trabalho da Educação Especial](#), cumprimentou o Senhor Secretário de Estado da Educação e a Dr.ª Luísa Ucha, dando-lhe de seguida a palavra para fazerem a intervenção inicial.

O Senhor Secretário de Estado agradeceu a disponibilidade manifestada pelas Senhoras Deputadas para proceder à apresentação do relatório do Grupo de Trabalho (que tinha remetido antecipadamente), podendo recolher os contributos dos vários Grupos Parlamentares e referiu o seguinte, em síntese:

1. Há necessidade de clarificação do regime do [Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro](#), alterado pela [Lei n.º 21/2008, de 12 de maio](#);
2. Portugal precisa de mais integração dos alunos com necessidades educativas especiais;
3. O Grupo de Trabalho na 1.ª fase fez audições e depois fez a identificação das questões chave, tendo registado a necessidade de clarificar conceitos, para melhorar a sua operacionalização;
4. Destaques: alteração do nome do Grupo de Trabalho dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais para Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Escola Inclusiva (espírito de mais inclusão); necessidade de reequacionar o currículo (já prevendo a educação inclusiva e o currículo inclusivo); pirâmide de intervenção multinível;
5. Conceção da escola como uma estrutura abrangente, que integra os alunos;
6. Dificuldades: dificuldade de legislar por a matéria ser muito casuística e haver sempre falta de recursos;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

7. Estão a trabalhar numa proposta de alteração do citado [Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro](#), devendo a operacionalização ser muito clara, e equacionam um professor para cada área e a formação contínua dos professores.

A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) perguntou ao Senhor Secretário de Estado o que é que o Grupo de Trabalho atual acrescenta em relação ao anterior, uma vez que todos os aspetos mencionados já estavam contemplados nas conclusões do relatório de trabalho do anterior Governo. Questionou também sobre quais serão os próximos procedimentos e com tenciona operacionalizar a metodologia de trabalho. Terminou perguntando de que forma é que pretende tornar o currículo mais inclusivo e uma escola mais flexível.

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS) manifestou o seu regozijo por este ano haver mais docentes de educação especial e saudou a clarificação dos conceitos, questionando se já está encerrada ou se ainda está em equação. Pediu depois dados comparativos com outros países, explicação para o aumento significativo de alunos com necessidades educativas especiais e indicação do que entra na prestação social única.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que as políticas públicas não integram, tendo dado como exemplo os alunos com mobilidade reduzida. Realçou depois a importância das definições constantes do relatório e considerou que muitas escolas de referência não têm os meios necessários, funcionando muitas vezes como guetos. Pediu depois concretização dos apoios prestados por entidades exteriores e perguntou que recursos vão ser disponibilizados.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que tinha apreciado o relatório, de uma forma global, mas questionou o que vinha a seguir, isto é, o que se virá a propor de concreto. Colocou depois várias perguntas sobre pontos concretos do relatório, designadamente: sobre o calendário razoável para a 2.ª fase, a concretização do que são “dispositivos de regulação da atuação dos professores”, até onde pensam levar o conceito de “autonomia” (perguntando se irá até aos professores) e como pretendem aprofundar a intervenção precoce bem como a passagem para a vida ativa. Finalmente, deixou a dúvida de como será possível desenvolver o currículo inclusivo de que se fala, que responda a todos os diferentes tipos de aluno, sem prejudicar nenhum.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) manifestou preocupações para a ação na fase seguinte, tendo depois solicitado meios humanos para resposta a todas as necessidades que se verifiquem, a nível de docentes e assistentes operacionais, bem como instrumentos educativos e pedagógicos (livros em Braille, écrans com letras aumentadas, etc). A terminar, pediu indicação das estratégias para responder às dificuldades.

O Senhor Secretário de Estado respondeu no fim a todas as questões levantadas, referindo, designadamente, o seguinte:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

1. Estão a continuar o trabalho do anterior Grupo de Trabalho. No entanto, o mesmo propunha várias portarias de regulamentação e atualmente estão a tentar integrar essas matérias na própria lei;
2. Estão a trabalhar numa proposta de alteração do citado Decreto-Lei n.º 3/2008, pensando ter uma 1.ª versão até ao final de dezembro do ano em curso;
3. Um currículo inclusivo leva todos os alunos ao limite das suas possibilidades e obriga a que haja flexibilidade, requerendo explicitação e formação;
4. A equipa deve ser multidisciplinar, sendo convocadas para o trabalho outras pessoas, nomeadamente, o psicólogo, o diretor de turma, etc;
5. O que está no relatório foi aprovado por unanimidade dos membros do Grupo de Trabalho;
6. O plano tem uma lógica preventiva do insucesso e é muito dedicado aos grupos de risco;
7. Previsão de um rastreio visual e auditivo obrigatório no pré-escolar, a realizar pelos serviços de saúde;
8. Confirma-se a referenciação de alunos com um aumento significativo, realçando ainda o problema do aumento do uso de medicação;
9. O subsídio de educação especial deve ser supletivo;
10. Em relação às escolas de referência, há dificuldades da área geográfica, pelo que é importante o seu levantamento sistemático;
11. Necessidade de interfuncionalidade em função do contexto educativo e de garantir que os recursos da escola convergem;
12. Necessidade de flexibilidade e agilidade da contratação de docentes;
13. A inclusão tem de ser um fator da avaliação externa da escola;
14. Necessidade de investimento e mais informação;
15. Necessidade de mais assistentes operacionais, particularmente para as necessidades educativas especiais e de formação específica dos mesmos nesta matéria;
16. Quando tiverem o *draft* da alteração do Decreto-Lei n.º 3/2008, enviá-lo-ão aos Deputados do Grupo de Trabalho e gostariam de aplicar o novo regime no próximo ano escolar;
17. Vão investir na formação dos docentes, pretendendo que a formação inicial inclua a integração;
18. Quanto à transição para a vida ativa, estão em diálogo com a Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO) para a formação profissional e com as instituições de ensino superior;
19. Em relação aos instrumentos educativos, indicou que os livros em Braille não têm tido disponibilização atempada, por dificuldade de tradução e que está a ser equacionada a discussão do assunto com a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL);
20. O aluno com necessidades educativas especiais tem de ser visto como um par.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Palácio de São Bento, 15 de dezembro de 2016

A Assessora
Teresa Fernandes